

Seixal | Município acusa Governo de fazer 'orelhas moucas' sobre a EB 2/3 de Vale de Milhaços

written by 0 Cidadão | 14 de Março, 2026



A Câmara Municipal do Seixal emitiu esta sexta-feira um comunicado no qual esclarece que *“a Escola Básica 2/3 de Vale de Milhaços foi construída em 1988, sem pavilhão escolar, e desde então não recebeu qualquer obra de reabilitação, pelo que atualmente tem múltiplos problemas, tais como coberturas com amianto, humidades e infiltrações, elevado desconforto térmico, instalações sanitárias degradadas ou avariadas, fissuras e pavimentos desnivelados”*.

O comunicado surge na sequência de um protesto de alunos relativo às condições da escola e aos telhados ainda em

fibrocimento.

Conforme avança a autarquia ***“o quadro de transferência de competências nos municípios, na área da educação, obrigou à sua implementação no município de Seixal, a partir de 1 de abril de 2022, tendo em conta várias competências de gestão”.***

O Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, prevê um regime transitório, durante o qual as responsabilidades de construção, requalificação e modernização de edifícios escolares continuam a ser exercidas pelo Ministério da Educação, até que seja assegurado o financiamento dessas operações de investimento. O mesmo resulta do acordo sectorial celebrado entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios.»

Relativamente à escola, avança que ***“apesar dos múltiplos problemas existentes na Escola Básica 2/3 de Vale de Milhaços, a mesma não foi considerada pelo Governo do Partido Socialista como uma escola a necessitar de obras e conseqüentemente não foi incluída no mapeamento das escolas a requalificar.***

A Câmara Municipal do Seixal não aceitou esta decisão governamental e reivindicou que a mesma – assim como as Escolas Nuno Alvares, Básica de Corroios, Prof. Dr. Carlos Ribeiro e Pedro Eanes Lobato – fosse incluída no mapeamento das escolas a requalificar.

Após uma visita promovida pela autarquia e realizada em setembro de 2023, pela Ministra da Coesão Territorial à data, Ana Abrunhosa, e pela Presidente da CCDRLVT, Teresa Almeida, foi reconhecida a necessidade de requalificação das referidas escolas, e a sua inclusão no mapeamento das escolas prioritárias.

Em novembro de 2024 as escolas propostas pela Câmara Municipal a requalificar (Básica de Vale de Milhaços, Básica Pedro Eanes Lobato, em Amora; Básica Prof. Dr. Carlos Ribeiro, em Pinhal de Frades; da Básica de Corroios; Básica Nun'Álvares, em

Arrentela) foram aceites, assim como a proposta de incluir no mapeamento a construção de uma escola básica dos 2.º e 3.º ciclos e secundária em Fernão Ferro.

“Perante a aceitação das propostas apresentadas e defendidas pela Câmara Municipal do Seixal, o concelho passou a ter todas as escolas mapeadas no Programa de Recuperação/Reabilitação de Escolas dos 2.º e 3.º Ciclos e do Ensino Secundário, assim como a construção da escola há muito reivindicada para o 2.º e 3.º ciclo e ensino secundário em Fernão Ferro.

No entanto o município lamenta a ***“falta de financiamento. E até ao presente apenas saíram avisos para as escolas que estavam incluídas no acordo sectorial entre o Governo e a ANMP.***

NO comunicado, a autarquia afirma que ***“não saiu qualquer aviso para as restantes escolas, apesar da autarquia já ter concluído o Projeto de Execução da requalificação da EB 2/3 de Vale de Milhaços”***, que prevê, entre outros, a substituição das coberturas para retirada do amianto e resolver os problemas das infiltrações e das humidades; o tratamento das fachadas dos pavilhões (ferro, betão e fissuras); intervenção nos balneários junto aos campos de jogos exteriores e todas as instalações sanitárias; substituição de mobiliário, equipamentos e portas; reformulação de toda a rede de águas e eletricidade; tratamento de todas as paredes, tetos e pavimentos e consequentemente pintura interior e exterior de toda a escola; substituição de caixilharias em alumínio; substituição de todos os bebedouros; tratamento de pavimentos exterior, taludes e muretes; e a tão desejada construção do Pavilhão Desportivo Escolar.

Outro assunto levantado nos protestos foi a ***falta de pessoal não docente***, ao que a Câmara Municipal do Seixal frisa ser a contração definida pela Portaria n.º 272-A/2017, cuja actualização está a cargo do Ministério da Educação, ***“mas cujos rácios se revelam manifestamente desadequados às***

necessidades atuais, quer devido ao aumento de alunos em todos os níveis de ensino, quer pela abertura de novas salas de pré-escolar, novas turmas do Ensino Básico e Secundário e salas de Ensino Especializado” e acrescenta que a atualização ocorre “frequentemente após o início do ano letivo, originando graves constrangimentos no normal funcionamento das escolas. Por exemplo, para o presente ano letivo ainda não foi publicada.”

Recorda ainda que “a substituição de trabalhadores não docentes ausentes por baixas prolongadas não é financiada pela tutela, recaindo integralmente sobre o orçamento municipal a responsabilidade pela contratação temporária ou solução supletiva» e que o município criou «com recurso a verbas próprias, uma bolsa de 17 trabalhadores adicionais, acima do rácio autorizado, para mitigar ausências prolongadas, medida que se revela ainda assim insuficiente face às necessidades reais das escolas“.

O município do Seixal deixa ainda uma crítica por considerar que “a transferência de competências no domínio da educação está a debilitar dramaticamente a situação financeira da Câmara Municipal do Seixal, como se comprova pelo défice acumulado aproximado de 12 milhões de euros, fazendo, desde 2022, os vários Governos ‘orelhas moucas’ a este défice, quando tinha sido garantido que a transferência de competências na área da educação não traria quaisquer custos para os municípios porquanto o valor que iria ser transferido seria o necessário para o exercício dessas competências, o que não se verifica“.

OC/MP